



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGINHA
CMSV**

Rua Delfim Moreira, 246, Centro, Varginha – MG
CEP 37002-070, Fone: (35) 3690-2211
Website: www.conselhodesaudedevarginha.org



REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CMSV – 19/11/2019

Ata da Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Varginha (MG), de nº. 368, realizada na Câmara de Vereadores de Varginha, no dia 19 de novembro de 2019, com primeira chamada às 18h30, e, em segunda e última chamada, às 19h10. **Conselheiros presentes e segmentos na saúde:** Brígida de Fátima Batista Gomes (Gestores), Carlos Henrique Peloso Silva Junior (Trabalhadores), Carlos Roberto Braz Junior (Prestadores de Serviços), Claudio Miranda Souza (Usuários), Célio Ferreira (Trabalhadores), Helen Márcia de Souza (Trabalhadores), Hudson Lebourg Vasconcelos Batista (Trabalhadores), Leila da Silva Azevedo (Trabalhadores), Luciana Fernandes Ramos (Usuários), Maria do Carmo Coelho (Usuários), Mariane Montalvão Pereira (Prestadores de Serviços), Paulo Henrique Pazotti (Usuários), Rodolfo de Oliveira Raimundo (Trabalhadores), Rogéria Alvarenga Fernandes (Usuários), Talma Alves Ferreira (Usuários) e Thaís Corcetti (Usuários). **Ausências justificadas:** Daniele Caroline Faria Moreira (Trabalhadores) e Juviane Silva (Gestores). **Registra-se a presença de:** Alessandro Antônio Félix, Charles Willian da Silva, Mara Conceição de Araujo e Zelma Romanielo Dominguet (Associação Anjos de Branco), Evaristo Pio da Fonseca e Silvio Petrucci (Comunidade dos Martins), Michele Reis Leite e Rômulo Reis Leite (Pastoral Social/Paróquia Divino Espírito Santo), Rosilane Marques dos Santos e Vânia Aparecida Silvério (Vigilância Ambiental). Inaugurados os trabalhos, primeiramente, Cláudio dá as boas-vindas a todos e já passa a ordem do dia: **1) Leitura da ata do mês de outubro** - a conselheira Luciana fez a leitura da mesma, aprovada por unanimidade; **2) Repasses referentes às últimas reuniões:** Cláudio, em atenção a deliberação havida na reunião de nº 367, que cominou à Comissão Executiva à mobilização para instituição da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT); informou que, durante as reuniões semanais da Comissão Executiva, decidiu-se: que a CISTT teria 14 assentos, seguindo, mais ou menos, a proporção da CISTT do Conselho Nacional de Saúde em relação ao plenário deste; que Célio seria o Coordenador, e Brígida Coordenadora-adjunta, considerando a Resolução nº. 493, de 7 de novembro de 2013 do Conselho Nacional de Saúde; e, expedir convites para diversos atores que se relacionam com a saúde do trabalhador e da trabalhadora, para uma reunião, esta que foi feita, no dia 18/11/2019, para poderem compor a comissão intersectorial. Neste momento, Cláudio solicita ao Coordenador da CISTT, Célio, que repasse ao Colegiado Pleno como fora a primeira reunião da Comissão. Célio informa que foi estabelecido um calendário de reuniões, sendo que a CISTT se reunirá às segundas segundas-feiras de cada mês; que dos, 14 convites, houve 3 justificativas, sendo que, os atores que compareceram, de maior nota foram o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Superintendência Regional do Trabalho (MTE), sendo que o MPT denota a importância da presença das universidades do município, inclusive podendo expedir convite em conjunto com o Conselho para tanto, pois as universidades, ainda que com assento, sempre se ausentaram do Colegiado Pleno. Na oportunidade, Célio ressalta a ausência de representantes da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), tanto na CISTT como também na presente reunião plenária. Neste momento, Célio **solicita ao Colegiado Pleno a aprovação da instituição da CISTT, o que foi aprovado por unanimidade, sendo que o Conselho expedirá Resolução a fim de formalizar a decisão.** Após, Cláudio retoma a questão referente à instituição dos Conselhos Locais; diz que houve uma reunião junto à equipe de saúde da zona rural e esta, após votação, se opôs a instituição do conselho local na região do Pinhal, devido à natureza itinerante da equipe, pelas dificuldades de deslocamento dos usuários - carentes de transporte - e que seria melhor uma experiência na zona urbana, conforme explanação do conselheiro Carlos, que foi o representante do Conselho. Cláudio menciona que tem havido dificuldades de marcar a reunião com a equipe do Novo Tempo; que Andrea Maróstica, conselheira e coordenadora da atenção primária, chegou a marcar uma reunião, mas não avisou a Comissão Executiva a tempo, o que ocasionou o seu cancelamento e que, após, ainda não houve retorno por parte de Andrea. Rodolfo se propõe a tentar a

instituição de um conselho local em uma unidade da região norte da cidade. **O Colegiado Pleno deliberou por maioria a possibilidade de se instituir um conselho local em uma unidade da região norte, ressalvado o voto em contrário de Thaís, que prefere seguir o Plano de Intervenção em outubro. A comissão executiva convidou Rodolfo para participar da próxima reunião da Comissão Executiva, na terça-feira, 26/11/2019, a fim de refinar a proposta.** Nesse momento, Célio comenta que a Gestão deveria sensibilizar as equipes de saúde da importância do Conselho, não podendo se culpar os trabalhadores apenas pela recusa do conselho local na zona rural, no que foi acompanhado por Carlos, que, contudo, ressalta que, na reunião com a equipe, Andrea, que participou da reunião, se empenhou em apoiar os conselhos locais. Após, considerando que ainda não houve resposta em relação à reunião com a equipe do Novo Tempo, caso Andrea não dê resposta na corrente semana, deverá se oficializar essa demanda. Hudson, neste momento, também se dispõe a mobilizar e tentar articular um conselho local em sua região, do bairro Santana. Após, prosseguindo na ordem do dia, 3) **Eventuais pedidos de informações de conselheiros** - conforme deliberação da reunião nº 363: Helen indaga a dificuldade de exames periódicos para verificar a saúde dos trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), conforme dispõe o estatuto dos servidores, o que pode também influir na hesitação das equipes de saúde em assumir novas atividades, como os conselhos locais. Rodolfo questiona sobre quando se poderá começar a cobrar as propostas feitas no âmbito da 8ª Conferência Municipal de Saúde. Cláudio explica que o relatório final servirá de base para o próximo Plano Municipal de Saúde, que será construído em 2021, mas que as ações podem ser propostas às autoridades municipais, inclusive porque algumas já constam do atual plano, como os conselhos locais. Hudson requisita como membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), que o conselho verifique junto à SEMUS ou a secretaria competente: **A) Por que não ocorrem os exames periódicos previstos no estatuto dos servidores? E, B) se há algum plano de reforma do forro da SEMUS, considerando que o mesmo apresenta riscos de incêndio e que na última tempestade havida na cidade, o vento quase o derrubou.** Cláudio informa que oficiará referente aos questionamentos, principalmente, diante da ausência de membros da gestão que pudessem responder o questionamento. E, após, passa a dar um informe ao Conselho: que recebeu um ofício do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por e-mail, comunicando que um procedimento iniciado por impulso do Colegiado, que fora provocado por um (a) Agente Comunitário de Saúde (ACS), de forma sigilosa, reclamando que havia descontos nas folhas de pagamento dos ACS, sem previsão; oficiada à SEMUS, a mesma informou que havia um critério relacionado às faltas dos mesmos, contudo, após apuração, tal informação encontrava incongruências e opacidade em sua fundamentação legal. Falecendo suas atribuições, encaminhou a questão ao MPMG; após o mesmo oficiar o município, a Procuradoria do Município reconheceu o problema e procedeu em sua correção, restituindo aos ACS a parcela salarial indevidamente descontada. Cláudio cita o caso para demonstrar que, apesar de comentários, o Conselho é ativo e atuante e pode influir nas decisões e que o Conselho depende exclusivamente de seus conselheiros, inclusive para defender suas atividades. Após, Cláudio realiza inversão de pauta e traz ao **plenário, o Plano de Contingência de Combate ao Aedes Aegypti**, pauta solicitada pela Vigilância Ambiental, que teve como representante Vânia Aparecida, que realizou uma breve apresentação do plano. Cláudio ressalta que, pela primeira vez, o Plano foi encaminhado ao Conselho com alguma antecipação, no dia 14/11/2019, o que possibilitou que os conselheiros pudessem ter acesso ao mesmo, posto que encaminhado por e-mail. Vânia se desculpa, porque quem viria apresentar o Plano seria Donizete, o responsável pelo setor, contudo, o mesmo teve de passar por um procedimento cirúrgico, e por isso, talvez, não pudesse esclarecer algumas dúvidas que, por ventura, viessem a ser feitas. **O conselho diante das intervenções de Célio, Helen, Luciana, Carlos, Hudson e Cláudio, aprovou, por consenso, o Plano de Contingência de Combate ao Aedes Aegypti, ressalvando que:** no anexo I, no quadro “Unidade de Referência para o Grupo C” não há responsável pela unidade do Pronto-Atendimento do Hospital Bom Pastor (página 20 do plano), o que acarreta um problema de fluxo; no anexo I, quadro “Assistência ao Paciente – Estrutura e Recursos Humanos”, item 11, o município assinala que NÃO tem transporte sanitário para conduzir pacientes (páginas 18-19 do plano), o que aponta um vazio assistencial em um momento de crise; e, no anexo I, no quadro “Unidade de Referência para o Grupo D” não há menção de quem seria a referência que solicitaria internação junto ao SUS Fácil, sem justificativa para o mesmo, representando um risco ao fluxo em um momento de crise. Hudson, Helen e Célio indagaram como funcionaria o financiamento desse plano, considerando que o mesmo não aponta fonte de custeio, mas Cláudio apontou que é uma situação normal e que se poderiam abrir créditos suplementares para suprir a demanda. Encerrado o assunto, Cláudio traz uma questão de ordem ao plenário referente à pauta: **Ciência e**

discussão sobre o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) - maio/agosto, que foi encaminhado via e-mail em 16 de setembro. Cláudio lê a deliberação da reunião nº 349 que decidiu o procedimento atual para a apreciação das contas, em atenção às disposições da Lei Complementar 141, na qual se afirma que, após apresentação geral das contas e debates sobre eventuais dúvidas dos conselheiros, o Colegiado Pleno daria como cientificado das contas, conforme proposta lá apresentada por Vinício. Contudo, diante da ausência de qualquer membro da gestão, Cláudio informa que o Conselho não tem obrigação e não deve ser um órgão homologador e que **não pode dispensar um requisito essencial para matéria tão importante, como a prestação de contas, no caso, apresentação geral e debate sobre eventuais dúvidas, e que, diante da ausência representante da gestão, as contas não podem votadas, pedindo ao Colegiado para sobrestar a matéria, o que foi aprovado por unanimidade.** Após, Cláudio abre espaço à fala dos usuários, pedindo desculpas pela demora, o munícipe Evaristo - da Zona Rural dos Martins, e o conselheiro Carlos, apresentam a seguinte demanda: **que sejam tomadas providências para manutenção da bomba d'água na Unidade de Saúde do Martins, pois sem água a atividade de acolhimento foi inviabilizada há quase há um mês.** Aparentemente, tal conserto seria de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação que é proprietária do edifício. Evaristo também queixou da desassistência odontológica na zona rural; Carlos pontua que haveria o atendimento móvel, mas até agora isso não se viabilizou. Evaristo, por fim, coloca que seria importante que encaminhem uma impressora para a unidade que não possui o equipamento. Cláudio agradece aos usuários da zona rural que aguardaram até aquela hora, e pede uma salva de palmas aos mesmos e estimula que se mobilizem permanente naquela região. **Carlos se compromete a fazer o ofício sobre a questão da unidade.** Por fim, Cláudio pede ao Colegiado que assine o livro de atas e enquanto faz uma breve leitura do regimento, e em seguida, deixa como pauta para a reunião de dezembro, a eleição da mesa diretora do Conselho. Não havendo mais nada a ser discutido, Cláudio Miranda encerrou a reunião por volta das 21h46, agradecendo a presença de todos e, excepcionalmente, na função de secretário, *pro tempore*, lavrou esta ata que será assinada por todos, após lida e aprovada.